

26 JUN 1985

Constituinte terá poderes muito amplos

por Helena Daltra
de Brasília

A minuta de emenda constitucional que convoca a Constituinte para 1º de fevereiro de 1987 foi considerada "tecnicamente perfeita" por líderes políticos e integrantes do Conselho Político do Governo, que aprovaram o texto a ser assinado pelo presidente José Sarney na próxima sexta-feira.

Com este projeto, ponderam os líderes, o presidente resgata o compromisso da Aliança Democrática e convoca uma Constituinte livre e soberana, com amplos poderes de deliberação sobre o futuro político do País. Esses poderes, de fato, são tão amplos que a Constituinte sequer estará presa às limitações sobre o regime federativo e republicano.

No texto do Executivo, redigido pelo assessor especial da Presidência, Célio Borja, o governo excluiu o preceito constitucional que impede a abolição da Federação ou da República. Teoricamente, portanto, a Constituinte poderá optar pelo caminho que entender melhor para o País.

Essa concessão de poderes em escala muito ampla resulta da manifesta intenção do presidente de impor um elevado grau de liber-

dade aos constituintes que tomam posse em 1987 para elaboração da nova Carta.

Mas os líderes políticos estão preocupados. Ontem, ponderavam que há possibilidade de a eleição dos constituintes acabar sendo influenciada de forma negativa pela sucessão de denúncias e distorções na atuação de atuais membros do Congresso — como votação dupla e empreguismo. "Os parlamentares dispostos a participar da Constituinte devem assumir comportamento digno", advertia o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena.

(Ver página 6)

Numa reunião de hora e meia com onze dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada ontem, o presidente Sarney garantiu que não haverá retrocesso no propósito de realizar a reforma agrária, como relata o editor Walter Marques. "Sem reforma agrária não é possível avançar neste País", foram as palavras de José Sarney ao presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter. Os bispos qualificaram de "resistências irracionais" as reações contrárias ao projeto do governo.

ANC 88
Pasta Jun/85
117/1985